

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 517.304 - PR (2019/0181313-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : MAICON DOUGLAS MACIEL
ADVOGADO : GUILHERME SÉRGIO FAUTH - PR094461
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos contra decisão de fls. 115/120, na qual não conheci do pedido de *habeas corpus*, considerando os novos fundamentos para a manutenção da prisão preventiva.

A decisão ficou assim proferida, no que interessa:

(...)

Inicialmente, o pleito de prisão domiciliar não foi objeto de análise no acórdão impugnado, o que obsta o exame por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância. Nesse sentido, são os seguintes precedentes: (...).

Quanto aos motivos para a manutenção da prisão preventiva, de acordo com andamento processual obtido na página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, verifica-se que, em 31/10/2019, foi proferida sentença condenando o paciente pela prática do delito previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, às penas de 5 anos, 2 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais ao pagamento de 520 dias-multa, vedado o direito de recorrer em liberdade.

*É cediço que esta Quinta Turma firmou posicionamento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o writ em que se busca sua revogação, **quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo**. Nesse sentido: RHC 53.194/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016.*

O entendimento revela-se substancialmente claro: a superveniência de sentença condenatória que mantém a prisão cautelar constitui título novo, que substitui - e supera - o decreto prisional

Superior Tribunal de Justiça

impugnado mediante habeas corpus, exceto se o Magistrado sentenciante não adota fundamentos novos e diversos daqueles apresentados por ocasião da decretação da segregação preventiva.

In casu, da leitura da sentença condenatória, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau manteve a custódia cautelar do ora paciente, agregando fundamentos novos ao decreto prisional, consoante se extrai do seguinte trecho do julgado, o qual faço juntar aos autos:

"De acordo com o disposto no artigo 387, §1º, do Código de Processo Penal, considerando que ainda subsistem os motivos que levaram à segregação, além a condenação em regime semiaberto, mantenho a prisão cautelar do réu".

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal (...).

Assim, de fato, constata-se a perda superveniente do objeto deste mandamus.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente habeas corpus.

Publique-se.

Intimem-se (fls. 115/120).

Alega o embargante que a decisão é omissa no tocante à análise da fundamentação da prisão cautelar, na medida em que não foi indicada, na sentença, a relação da inovação como fundamentação para a manutenção da prisão preventiva.

Aduz, também, omissão quanto à substituição da prisão preventiva por medidas cautelares menos gravosas, por ser possível a concessão da ordem de ofício, em que pese o Tribunal de origem não ter se manifestado.

Requer, assim, o provimento dos presentes embargos para que sejam sanadas as omissões apontadas.

É o relatório

Decido.

Não prospera a irresignação do embargante.

Com efeito, é certo que os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão na decisão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal – CPP.

No tocante à manutenção da prisão preventiva na sentença, a decisão de

decretação da prisão cautelar o fez para assegurar a garantia da ordem pública, porquanto evidenciada a periculosidade do paciente demonstrada pelas circunstâncias do flagrante, natureza e quantidade das drogas apreendidas, a demonstrar a prática do tráfico de drogas, bem como pelo risco de reiteração delitiva, uma vez que o embargante ostenta outro registro por crime de mesma natureza (fls. 35/36).

O Tribunal de origem, manteve a prisão cautelar pelos mesmos fundamentos de sua decretação (fls. 31/33). Contudo, a sentença condenatória superveniente inovou ao sustentar na condenação em regime semiaberto.

Nesse contexto, verifica-se que, diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial decorrente de sentença condenatória superveniente proferida em desfavor do ora embargante, fica superada a alegação trazida na impetração que ataca os fundamentos na decretação da prisão preventiva.

Ademais, conforme sedimentado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fundamentos acrescidos ao novo título adotado para justificar a custódia cautelar, devem ser submetidos à análise do Tribunal de origem antes de serem aqui apreciados, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Noutro giro, a alegação de possibilidade de substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas também não foi objeto de manifestação pelo Juízo condenatório e nem pelo Tribunal de origem após o novo título, sendo, portanto, inviável o exame direto da matéria por esta Corte Superior.

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". AGRADO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO HABEAS CORPUS. NOVO TÍTULO PRISIONAL, QUE TORNA PREJUDICADA A IMPETRAÇÃO ANTERIOR. RECURSO DESPROVIDO.

I - A invocação de novos fundamentos, na sentença, para fins de manutenção da prisão cautelar, faz prejudicado o habeas corpus que pretendia discutir o decreto de prisão preventiva.

Recurso desprovido (AgRg no HC 330.231/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 22/11/2016)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO MINISTERIAL PARA PROSSEGUIMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS SEM OPORTUNIZAR O CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO NOS RECURSOS EXCEPCIONAIS. DESNECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO ACERCA DO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXCESSO DE LINGUAGEM NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. A interposição de recursos excepcionais, por serem desprovidos de efeito suspensivo, não impede o julgamento do acusado pelo júri, não configurando cerceamento de defesa a ausência de manifestação da defesa acerca do prosseguimento dos atos processuais.

3. A alegação de excesso de linguagem na decisão de pronúncia não foi examinada pelo Tribunal de origem, o que impede a análise da matéria por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

4. A sentença de pronúncia só deverá afastar a qualificadora do crime de homicídio se completamente dissonante das provas carreadas aos autos. Isso porque, o referido momento processual deve limitar-se a um juízo de admissibilidade em que se examina a presença de indícios de autoria, afastando-se, assim, eventual usurpação de competência do Tribunal do Júri e de risco de julgamento antecipado do mérito da causa.

5. Habeas Corpus não conhecido (HC 360.541/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 19/12/2016).

Diante do exposto, por inexistir omissão a ser sanada, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator